



DYNAMIC LAND

PLANEAMENTO DO TERRITÓRIO E AMBIENTE

MARÇO

2024

RECAPE
LOTEAMENTO URBANO
LAGOA NORTE

VOLUME XVI
PLANO DE GESTÃO AMBIENTAL

**ANEXO VI - GESTÃO DE REQUISITOS
LEGAIS DE AMBIENTE**

geral@dynamicland.pt

www.dynamicland.pt

Edifício AIP, Praça das Indústrias

3100-307 Lisboa

■ ■ ■ DYNAMIC LAND, LDA

RECAPE

LOTEAMENTO URBANO – LAGOA NORTE

ANEXO VI – GESTÃO DE REQUISITOS LEGAIS DE AMBIENTE

Ficha Técnica	
Código	RDL143.0324.V1
Data	Março de 2024
Designação	Volume XVI – Anexo VI – Gestão de Requisitos Legais de Ambiente
Coordenação	Raúl Lopes Simão
Equipa Técnica	Paula Rocha (Naturauta)
Revisão de Qualidade	Miguel Ferreira

RECAPE

LOTEAMENTO URBANO – LAGOA NORTE

ANEXO VI – GESTÃO DE REQUISITOS LEGAIS DE AMBIENTE

EQUIPA DE COORDENAÇÃO E TÉCNICA



DYNAMIC LAND
PLANEAMENTO DO TERRITÓRIO E AMBIENTE

DYNAMIC LAND - PLANEAMENTO DO TERRITÓRIO E AMBIENTE

PRAÇA DAS INDÚSTRIAS, 1300-307 LISBOA

NIF: 516174649 | EMAIL: geral@dynamicland.pt



RTGEO – PLANEAMENTO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

RUA DR. JOÃO ANTÓNIO DA SILVA VIEIRA, LOTE 3, 3º PISO, FRENTE ESQ, LETRA “N” 8400-417 LAGOA

NIF: 509351859 | geral@rtgeo.pt



NATURAUTA, LDA

Estrada de Paço de Arcos 9, Piso 1 E, 2770-218 Paço de Arcos, Portugal

NIF: 506087468 | paula.rocha@naturauta.com

PROMOTOR



CARVOEIRO BRANCO

Developers at heart

CARVOEIRO BRANCO – DEVELOPERS AT HEART

RUA JACINTO CORREIA, EDIFÍCIO ATRIUM LAGOA, BLOCO A, LOJA JLM 8400-398 ALGARVE

NIF: 507849183 | Email: tiago.carito@carvoeirobranco.com



RECAPE

LOTEAMENTO URBANO – LAGOA NORTE

ANEXO VI – GESTÃO DE REQUISITOS LEGAIS DE AMBIENTE

Este Plano pretende dar resposta ao disposto na Declaração de Impacte Ambiental emitida, que refere a obrigatoriedade do seu desenvolvimento, também identificando e pormenorizando as medidas de minimização a implementar na fase da execução das obras.

O presente documento, e respetivos anexos, deverão ser atualizados e complementados pela Entidade Executante, antes do início dos trabalhos, e sujeitos a aprovação pelo Dono de Obra.

RECAPE

LOTEAMENTO URBANO – LAGOA NORTE

ANEXO VI – GESTÃO DE REQUISITOS LEGAIS DE AMBIENTE

INDICE:

1. Objetivo	6
2. Definições	7
3. Especificação	8
3.1. Gestão de requisitos legais (Gestor de Ambiente).....	8
3.2. Gestão de requisitos legais e outras obrigações de conformidade.....	9
3.3. Inspeções/Visitas de Entidades Oficiais	11
4. Anexos	12



DYNAMIC LAND
PLANEAMENTO DO TERRITÓRIO E AMBIENTE



RTGeo
Planeamento e Ordenamento do Território



CARVOEIRO BRANCO
Developers at heart

RECAPE

LOTEAMENTO URBANO – LAGOA NORTE

ANEXO VI – GESTÃO DE REQUISITOS LEGAIS DE AMBIENTE

1. Objetivo

O objetivo da Gestão de Requisitos Legais de Ambiente é a de promover a vigilância e identificação de requisitos legais, a comunicação externa com Entidades Oficiais e a avaliação das obrigações de conformidade.



DYNAMIC LAND
PLANEAMENTO DO TERRITÓRIO E AMBIENTE



CARVOEIRO BRANCO
Developers at heart

RECAPE

LOTEAMENTO URBANO – LAGOA NORTE

ANEXO VI – GESTÃO DE REQUISITOS LEGAIS DE AMBIENTE

2. Definições

Requisitos legais - Obrigações e ou proibições decorrentes da aplicabilidade de legislação. Outros Requisitos – Políticas de Grupo, Acordos Setoriais, Requisitos Contratuais.

Obrigações de Conformidade - Requisitos legais que uma organização tem que cumprir e outros requisitos que a Empresa tem ou que escolhe cumprir.

Não Conformidade - Correspondem ao não cumprimento de requisitos que possam conduzir, direta ou indiretamente, a danos para o ambiente (ex: inexistência de pedido de Licença, não cumprimento de um Valor Limite de Emissão (VLE), entre outros).

RECAPE

LOTEAMENTO URBANO – LAGOA NORTE

ANEXO VI – GESTÃO DE REQUISITOS LEGAIS DE AMBIENTE

3. Especificação

3.1. Gestão de requisitos legais (Gestor de Ambiente)

A identificação dos requisitos legais aplicáveis às atividades desenvolvidas na empreitada é da responsabilidade do Gestor de Ambiente, o qual deverá, semanalmente, verificar a publicação de novos Diplomas aplicáveis, através da consulta aos Sumários dos Diários da República e Jornal das Comunidades. Deverá também ser verificado periodicamente na internet a publicação de novas normas e informação técnica.

O Gestor de Ambiente deverá efetuar, com uma periodicidade mínima anual, a Avaliação da conformidade legal dos Processos de negócio/suporte para os quais existam requisitos legais a ter em consideração.

As situações que resultam da operacionalização dos pressupostos definidos nas Licenças, implementação das medidas preconizadas nas Declarações de Impacte Ambiental e/ou Planos de Pedreira, gestão de resíduos, monitorização de aspetos ambientais, e outros decorrentes de controlo operacional, entre outros, são verificados em Auditorias Técnicas e aquando da Avaliação de Conformidade efetuada pelos responsáveis da empreitada.

Da avaliação efetuada pelo Ambiente resulta a % Conformidade legal ambiente.

% Conformidade legal: Quociente entre o somatório dos requisitos avaliados considerados como conforme, não conforme e áreas sensíveis sobre o nº total de requisitos avaliados.

% Áreas Sensíveis: Quociente entre o somatório dos requisitos considerados como conforme, mas dependentes de resposta por parte de Entidades Oficiais, sobre o nº total de requisitos avaliados. Carece de evidência de acompanhamento do processo em curso, junto das respetivas Entidades Oficiais, com periodicidade mínima anual. A avaliação é suportada em evidências documentais.

RECAPE

LOTEAMENTO URBANO – LAGOA NORTE

ANEXO VI – GESTÃO DE REQUISITOS LEGAIS DE AMBIENTE

3.2. Gestão de requisitos legais e outras obrigações de conformidade

A responsabilidade pela elaboração da sistematização dos requisitos legais e outras obrigações de conformidade é do Gestor de Ambiente e deve ser efetuada aquando do início dos trabalhos (no arranque da Obra ou de outras atividades). Todos os colaboradores da empresa têm de ter este documento adequado e atualizado para os trabalhos a desenvolver/ em curso.

Para a elaboração deste documento deverá ter-se em consideração, na medida da sua aplicabilidade aos trabalhos em curso, os seguintes documentos:

- Caderno de Encargos
- Plano de Gestão Ambiental do Dono de Obra
- Alvará de Licença da Operação de descontaminação de solos o Título Único Ambiental, caso aplicável;
- Licença de construção;
- Declaração de Impacte Ambiental;
- Licença de Pedreira / Plano Ambiental e de Recuperação Paisagista;
- Títulos de utilização de recursos hídricos (exemplos: Autorização/ Licenças de captação, Licenças de rejeição);
- Licença Especial de Ruído;
- Outros considerados relevantes (nota: devem ser analisadas todas as Licenças aplicáveis ao Local).

Para cada requisito legal ou outro aplicável às atividades a desenvolver no local, é necessário definir a forma de controlo e/ou monitorização. Para as monitorizações previstas, deverá recorrer-se Laboratórios Acreditados. O controlo e monitorização desenvolvidos devem ser revistos sempre que ocorram alterações de legislação ou de requisitos legais e/ ou contratuais. Aquando da revisão deve ser tida em

RECAPE

LOTEAMENTO URBANO – LAGOA NORTE

ANEXO VI – GESTÃO DE REQUISITOS LEGAIS DE AMBIENTE

consideração a alteração e/ou emissão de licenças ambientais e/ou exigências contratuais (Caderno de Encargos).

O Gestor de Ambiente deve verificar, de acordo com o conteúdo do documento desenvolvido a necessidade de prestar informação periódica às Entidades Oficiais. É obrigatório manter as evidências da comunicação efetuada com as Entidades Oficiais, com exceção da que é feita através de Plataformas digitais das respetivas Entidades (exemplo: SILIAMB).

A avaliação de conformidade deverá ser efetuada, no mínimo, de acordo com as seguintes orientações:

- Após a instalação do Estaleiro de Obra/ Início dos trabalhos;
- No mínimo, 1 vez por semestre;
- No final dos trabalhos;
- Sempre que a Direção de Obra entender conveniente (por exemplo, após a receção de resultados de monitorizações).

De acordo com a periodicidade estabelecida, a Direção de Obra deve verificar o grau de cumprimento dos requisitos legais e outros requisitos, aplicáveis às suas atividades. Qualquer situação não conforme deve ser registada e tratada de acordo com os procedimentos em vigor.

Para as monitorizações previstas, deverá recorrer-se preferencialmente a Laboratórios Acreditados.

Os registos resultantes das monitorizações/ medições devem ser verificados no que concerne à conformidade com a regulamentação aplicável / valores de referência.

Entende-se por verificação da conformidade o processo através do qual os resultados das monitorizações e os requisitos definidos nas Licenças/outros são avaliados (por comparação com as exigências pré-definidas). Sobre esta comparação é emitido um parecer (simple anotação/ observação) da verificação da respetiva conformidade. Qualquer não conformidade (exemplo: incumprimento dos valores de referência) deve ser registada e analisadas as causas para os desvios ocorridos.

RECAPE

LOTEAMENTO URBANO – LAGOA NORTE

ANEXO VI – GESTÃO DE REQUISITOS LEGAIS DE AMBIENTE

3.3. Inspeções/Visitas de Entidades Oficiais

Deverá ser dado conhecimento ao Gestor de Ambiente das visitas/inspeções realizadas pelas Entidades Oficiais aos vários locais afetos à empreitada (Obras, Estaleiros Fixos, Pedreiras, outros).

Deve igualmente ser remetido ao Gestor de Ambiente, cópia da comunicação proveniente destas Entidades, no âmbito destas visitas ou qualquer outro pedido de elementos por parte de Entidades Oficiais (por exemplo, Auditorias de Pós Avaliação AIA, Inspeções da CCDR/ARH).



DYNAMIC LAND
PLANEAMENTO DO TERRITÓRIO E AMBIENTE



RTgeo
Planeamento e Ordenamento do território



CARVOEIRO BRANCO
Developers at heart

RECAPE

LOTEAMENTO URBANO – LAGOA NORTE

ANEXO VI – GESTÃO DE REQUISITOS LEGAIS DE AMBIENTE

4. Anexos

Índice de Legislação Ambiental.

RECAPE

LOTEAMENTO URBANO – LAGOA NORTE

ANEXO VI – GESTÃO DE REQUISITOS LEGAIS DE AMBIENTE

Nome	Descrição	Data	Estado	Aplicabilidade	Observações
Ambiente geral					
Portaria 399_2015	Estabelece os elementos que devem instruir os procedimentos ambientais previstos no regime de LUA, para atividades industriais ou similares a Industriais	05/11/2015	Em Vigor		
Portaria 332-B_2015	Estabelece o valor da taxa ambiental única, a sua cobrança, pagamento e afetação da respetiva receita, aplicável aos procedimentos ambientais previstos no regime de Licenciamento Único de Ambiente	05/10/2015	Em Vigor		
Lei 81_2015	37ª alteração ao Código Penal, aprovado pelo DL 400/82, relativa à proteção do ambiente através do direito penal e à poluição por navios e à introdução de sanções em caso de infrações	03/08/2015	Em Vigor		
Decreto-Lei 75 2015, de 11 maio	O regime de LUA traduz-se num procedimento de emissão de Título Único Ambiental	11/05/2015	Em Vigor		Alterado pela Lei 2/2020
Lei 12_2014	Procede à segunda alteração ao DL n.º 194/2009, que estabelece o regime jurídico dos serviços municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos	06/03/2014	Em Vigor		
Responsabilidade Ambiental					
Decreto-Lei 147_2008	Estabelece o regime jurídico da responsabilidade por danos ambientais e transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva 2004/35/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de outubro	29/09/2008	Em Vigor		
Contraordenações Ambientais					
Lei n.º 25_2019	Quarta alteração à lei-quadro das contraordenações ambientais, consagrando o princípio do não aviso prévio de ações de inspeção e fiscalização	26/03/2019	Em Vigor		Altera a Lei n.º 50/2006
Lei nº 114- 2015	Segunda alteração à Lei nº50/2006, de 29 de agosto	28/08/2015	Em Vigor		Altera a Lei n.º 50/2006
Lei 56_2011	Altera o crime de incêndio florestal e os crimes de dano contra a natureza e de poluição, tipifica um novo crime de atividades perigosas para o ambiente	15/11/2011	Em Vigor		
Declaração Retificativa 70_2009	Procede a retificações e à republicação integral da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, na redação conferida pela Lei n.º 89/2009, de 31 de agosto	25/09/2009	Em Vigor		
Lei 50_2006	Lei Quadro das Contraordenações Ambientais. Alterada em 2015	29/08/2006	Em Vigor		Alterada pela Lei 25/2919. Alterada pela Lei 114/2015
Avaliação de Impacte Ambiental (AIA)					
Decreto-Lei 152-B_2017	Altera o regime jurídico da avaliação de impacte ambiental dos projetos públicos e privados suscetíveis de produzirem efeitos significativos no ambiente, transpondo a Diretiva 2014/52/CE	11/12/2017	Em Vigor		Altera e republica o DL 151-B/2013, de 31 de Outubro

RECAPE

LOTEAMENTO URBANO – LAGOA NORTE

ANEXO VI – GESTÃO DE REQUISITOS LEGAIS DE AMBIENTE

Portaria 395_2015	Estabelece os requisitos técnicos formais a que devem obedecer os procedimentos previstos no regime jurídico de impacte ambiental	04/11/2015	Em Vigor		Revoga a Portaria n.º 330/2001, de 2 de abril
Portaria 368_2015	Fixa os valores das taxas a cobrar pela autoridade de AIA no âmbito do procedimento de avaliação de impacte ambiental	19/10/2015	Em Vigor		Revoga as Portarias n.º 1102/2007 e n.º 1067/2009
Decreto-Lei 179_2015	2ª alteração ao DL 151-B/2013, de 31 de outubro, que estabelece o regime jurídico da avaliação de impacte ambiental dos projetos públicos e privados suscetíveis de produzirem efeitos significativos no ambiente	27/08/2015	Em Vigor		Altera o DL 47/2014
Decreto-Lei 47_2014	Procede à 1ª alteração ao DL n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, que estabelece o regime jurídico de avaliação de impacte ambiental (AIA) dos projetos públicos e privados suscetíveis de produzirem efeitos significativos no ambiente	24/03/2014	Em Vigor		Alterado pelo DL 179/2015.
Decreto-Lei 151-B_2013	Estabelece o regime jurídico da avaliação de impacte ambiental (AIA) dos projetos públicos e privados suscetíveis de produzirem efeitos significativos no ambiente, transpondo a Diretiva n.º 2011/92/UE, de 13 de dezembro	31/10/2013	Em Vigor		Revoga o DL 69/2000, alterado pelo DL 197/2005
Decreto-Lei 232_2007	Estabelece o regime a que fica sujeita a avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente, transpondo para a ordem jurídica interna as Diretivas n.º 2001/42/CE, de 27 de junho, e 2003/35/CE, de 26 de maio	15/06/2007	Em Vigor		
Licenciamento de Pedreiras					
Despacho 5697_2011.pdf	Clarificação do regime de regularização das explorações de massas minerais, no âmbito do artigo 5.º do DL n.º 340/2007, de 12 de outubro	01/04/2011	Em Vigor		
Portaria 1083_2008.pdf	Fixa os valores das taxas devidas pela prática dos atos previstos no regime jurídico da pesquisa e exploração de massas minerais	24/09/2008	Em Vigor		
Declaração de Retificação 108_2007	Retifica o DL n.º 340/2007, que altera o DL n.º 270/2001, de 6 de outubro, que aprova o regime jurídico da pesquisa e exploração de massas minerais	11/12/2007	Em Vigor		
Decreto-Lei 340_2007	Altera o DL n.º 270/2001 de 6 de outubro, que aprova o regime jurídico da pesquisa e exploração de massas minerais.	12/10/2007	Em Vigor		Republica DL 270/2001
Decreto-Lei 112_2003	Prorroga por seis meses o prazo previsto na alínea a) do n.º 2 do artigo 63.º do DL n.º 270/2001 de 6 de outubro, que aprovou o regime jurídico da pesquisa e exploração de pedreiras	04/06/2003	Em Vigor		
Declaração de Retificação 20_AP_2001	De ter sido retificado o DL n.º 270/2001, que aprova o regime jurídico da pesquisa e exploração de massas minerais- pedreiras, revogando o DL n.º 89/90, de 16 de março	30/11/2001	Em Vigor		Revoga o DL n.º 89/90, de 16 de Março
Decreto-Lei 270_2001	Aprova o Regime Jurídico em matéria de exploração de massas minerais- Pedreiras	06/10/2001	Em Vigor		

RECAPE

LOTEAMENTO URBANO – LAGOA NORTE

ANEXO VI – GESTÃO DE REQUISITOS LEGAIS DE AMBIENTE

Portaria 598_90	Estabelece o pagamento de taxas a que fica sujeito o exercício das atividades de prospeção, pesquisa e exploração dos recursos geológicos	31/07/1990	Em Vigor		
Decreto-Lei 88_90	Aprova o regulamento de depósitos minerais	16/03/1990	Em Vigor		
Decreto-Lei 90_90	Disciplina o regime geral de revelação e aproveitamento dos recursos geológicos	16/03/1990	Em Vigor		
Resíduos- Geral					
Portaria nº 20/2022	Aprova o Sistema Integrado de Registo Eletrónico de resíduos (SIRER). Revoga a Portaria nº 289/2015, de 17 setembro.	05/01/2022	Em Vigor		
Lei n.º 52-2021	Alteração, por apreciação parlamentar, ao DL n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro, que aprova o regime geral da gestão de resíduos, o regime jurídico da deposição de resíduos em aterro e altera o regime da gestão de fluxos específicos de resíduos	10/08/2021	Em Vigor		Altera o DL 102-D/2020 e republica o DL 152-D/2017
Lei n.º 20_2021	Alteração, por apreciação parlamentar, ao DL 92/2020, que altera o regime geral da gestão de resíduos, aprovado pelo DL 178/2006	16/04/2021	Em Vigor		
Decreto-Lei 102-D_2020	Aprova o regime geral da gestão de resíduos, o regime jurídico da deposição de resíduos em aterro e altera o regime da gestão de fluxos específicos de resíduos, transpondo as Diretivas (UE) 2018/849, 2018/850, 2018/851 e 2018/852	10/12/2020	Em Vigor		O presente DL produz efeito a partir de 1/07/2020.
Resíduos – Transporte					
Decreto-Lei n.º 71_2016	Procede alterações aos diplomas, DL 366-A/97 (gestão de embalagens e resíduos de embalagens, DL 178/2006 (regime geral da gestão de resíduos) e DL 67/2014 (regime jurídico da gestão de REEE)	14/11/2016	Em Vigor		Revoga, entre outros, a Portaria n.º 209/2004, de 3 de março (LER)
Portaria 1023/2006	Define os elementos que devem acompanhar o pedido de licenciamento das operações de armazenagem, triagem, tratamento, valorização e eliminação de resíduos	20/09/2006	Em Vigor		Revoga, entre outros, a Portaria n.º 209/2004, de 3 de março (LER)
Portaria 345_2015	Estabelece a lista de resíduos com potencial de reciclagem e ou valorização	12/10/2015	Em Vigor		
Portaria 289_2015	Aprova o Regulamento de Funcionamento do Sistema Integrado de Registo Eletrónico de Resíduos (SIRER), que estabelece os procedimentos de inscrição e registo bem como o regime de acesso e de utilização da plataforma	17/09/2015	Em Vigor		
Decisão nº_2014_955_UE	Altera a Decisão 2000/532/CE relativa à lista de resíduos em conformidade com a Diretiva 2008/98/CE do Parlamento Europeu e do Conselho	18/12/2014	Em Vigor		LER- Lista Europeia de Resíduos

RECAPE

LOTEAMENTO URBANO – LAGOA NORTE

ANEXO VI – GESTÃO DE REQUISITOS LEGAIS DE AMBIENTE

Portaria n.º 28_2019	Alteração à Portaria n.º 145/2017- artigos 6.º, 7.º, 9.º e 11.º.	18/01/2019	Em Vigor		Altera Port. 289/2015. Altera 145/2017
Portaria 145_2017	Define as regras aplicáveis ao transporte de resíduos em território nacional e cria as guias eletrónicas de acompanhamento de resíduos (e-GAR), a emitir no Sistema Integrado de Registo Eletrónico de Resíduos (SIRER)	26/04/2017	Em Vigor		Alterada pela Portaria n.º 28/2019. Revoga a Port n.º 335/97, de 16 de maio (Guia Modelo A) e Port n.º 417/2008, de 11 de junho (GARCD). Altera Portaria 40/2014.
Resíduos – Outros Fluxos Específicos					
Decreto-Lei 108_2018	Estabelece o regime jurídico da proteção radiológica, transpondo a Diretiva 2013/59/Euratom	03/12/2018	Em Vigor		Revoga o DL 156/2013. Altera o DL 56/2012.
Decreto-Lei n.º 152-D_2017	Unifica o regime da gestão de fluxos específicos de resíduos sujeitos ao princípio da responsabilidade alargada do produtor, transpondo as Diretivas n.º 2015/720/UE, 2016/774/UE e 2017/2096/EU	11/12/2017	Em Vigor		Alterado e republicado pela Lei 52/2021. Alterado e republicado pelo DL 102-D/2020. Revoga o DL 111/2001; DL 153/2003; DL 196/2003; DL 6/2009; DL 67/2014; Port. 9276/2004;
Decreto-Lei 10_2010	Estabelece o regime jurídico a que está sujeita a gestão de resíduos das explorações de depósitos minerais e de massas minerais, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2006/21/CE, de 15 de Março	04/02/2010	Em Vigor		Alterado pelo DL 31/2013
Decreto-Lei 267_2009	Estabelece o regime jurídico da gestão de óleos alimentares usados	29/09/2009	Em Vigor		
Decreto-Lei 142_2006	Cria o Sistema Nacional de Informação e Registo Animal (SNIRA) e estabelece o regime jurídico dos centros de agrupamento, comerciantes e transportadores e as normas de funcionamento do SIRCA	27/07/2006	Em Vigor		
Decreto-Lei 314_2003	Aprova o Programa Nacional de Luta e Vigilância Epidemiológica da Raiva Animal e Outras Zoonoses(PNLVERAZ) e estabelece as regras relativas à posse e detenção, comércio, exposições e entrada em território nacional de animais suscetíveis à raiva	17/12/2003	Em Vigor		
Decreto-Lei 366_A_97	Estabelece os princípios e as normas aplicáveis à gestão de embalagens e resíduos de embalagens, com vista à prevenção da produção desses resíduos, à reutilização de embalagens usadas, à reciclagem e outras formas de valorização	29/12/1997	Em Vigor		

RECAPE

LOTEAMENTO URBANO – LAGOA NORTE

ANEXO VI – GESTÃO DE REQUISITOS LEGAIS DE AMBIENTE

Água – Geral					
Portaria n.º 266_2019.pdf	Aprova a informação e a sinalética a utilizar pelos produtores e utilizadores de água para reutilização (ApR)	26/08/2019	Em Vigor		Altera Port. 186/2014
Decreto-Lei 119_2019.pdf	Estabelece o regime jurídico de produção de água para reutilização, obtida a partir do tratamento de águas residuais, bem como da sua utilização	21/08/2019	Em Vigor		
Decreto-Lei 130_2012.pdf	Procede à 2ª alteração à Lei n.º 58/2005, que aprova a Lei da Água, transpõe a D. n.º 2000/60/CE, do PE e do Conselho, de 23/10, e estabelecendo as bases e o quadro institucional para a gestão sustentável das águas	22/06/2012	Em Vigor		Republica a Lei 58/2005. Alterado pela Lei 44/2017
Lei 58_2005.pdf	Aprova a Lei da Água. Estabelece as bases e o quadro institucional para a gestão sustentável das águas.	29/12/2005	Em Vigor		
Recursos Hídricos					
Lei n.º 31_2016.pdf	Terceira alteração à Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro, que estabelece a titularidade dos recursos hídricos	23/08/2016	Em Vigor		Altera e Republica a Lei 54/2005. Altera a Lei 34/2014.
Decreto-Lei 117_2015.pdf	Procede à primeira alteração ao DL n.º 347/2007, de 19 de outubro, que aprova a delimitação georreferenciada das regiões hidrográficas	23/06/2015	Em Vigor		
Lei 34_2014.pdf	Segunda alteração à Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro, que estabelece a titularidade dos recursos hídricos	19/06/2014	Em Vigor		Alterada pela Lei 31/2016
Lei 44_2012.pdf	Sexta alteração ao Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio, que estabelece o regime da utilização dos recursos hídricos	29/08/2012	Em Vigor		
Decreto-Lei 245_2009	Quarta alteração do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de Maio, simplificando o regime de manutenção em vigor dos títulos de utilização dos recursos hídricos emitidos ao abrigo da legislação anterior	22/09/2009	Em Vigor		
Decreto-Lei 93_2008	Alterações ao n.º 4 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de Maio	04/06/2008	Em Vigor		
Decreto-Lei 391-A_2007	Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de Maio, que estabelece o regime da utilização dos recursos hídricos	21/12/2007	Em Vigor		
Portaria 1450_2007	Define as regras em falta de que depende a aplicação do DL 226-A/2007	12/11/2007	Em Vigor		Define os documentos que instruem os pedidos de emissão de títulos de utilização de recursos hídricos
Decreto-Lei 226-A_2007	Estabelece o regime da utilização dos Recursos Hídricos	31/05/2007	Em Vigor		

RECAPE

LOTEAMENTO URBANO – LAGOA NORTE

ANEXO VI – GESTÃO DE REQUISITOS LEGAIS DE AMBIENTE

Lei 54_2005	Estabelece a titularidade dos recursos hídricos	15/11/2005	Em Vigor		
Decreto-Lei 133_2005	Estabelece o regime de licenciamento do exercício das atividades de pesquisa, captação e montagem de equipamentos de extração de água subterrânea	16/08/2005	Em Vigor		Alterado e republicado pelo DL 84/2011 (disponível no 001 Ambiente Geral)
Água- Normas de Qualidade					

Decreto-Lei 152_2017	Altera o regime da qualidade da água para consumo humano	07/12/2017	Em Vigor		Altera o DL 306/2007, de 27 de Agosto
Decreto-Lei 133_2015	Procede à sétima alteração ao DL 152/97, de 19 de junho, que transpôs a Diretiva 91/271/CEE, de 21 de maio, relativamente ao tratamento de águas residuais urbanas	13/07/2015	Em Vigor		
Decreto-Lei 83_2011	Aplica-se à análise e monitorização químicas do estado da água no que respeita: a) Às massas de água superficiais, aos sedimentos e ao biota; b) Às massas de água subterrâneas.	20/06/2011	Em Vigor		
Decreto-Lei 306_2007	Estabelece o regime de qualidade da água para consumo humano	27/08/2007	Em Vigor		
Decreto-Lei 149_2004	Altera o DL n.º 152/97, que transpõe para a ordem jurídica nacional a Diretiva n.º 91/271/CEE, do Conselho, de 21 de Maio, relativamente ao tratamento de águas residuais	22/06/2004	Em Vigor		
Decreto-Lei 236_98	Estabelece normas, critérios e objetivos de qualidade com a finalidade de proteger o meio aquático e melhorar a qualidade das águas em função dos seus principais usos. São ainda definidas no presente diploma as normas de descarga das águas residuais na água e no solo, visando a promoção da qualidade do meio aquático e a proteção da	01/08/1998	Em Vigor		
Decreto-Lei 152_97	Transpõe para o direito interno a Diretiva n.º 91/271/CEE, do Conselho, de 21 de Maio de 1991, relativamente ao tratamento de águas residuais urbanas	19/06/1997	Em Vigor		

Água- Regime Económico / Financeiro

Decreto-Lei n.º 46_2017	Altera o regime económico e financeiro dos recursos hídricos. Republica o DL 97/2008	03/05/2017	Em Vigor		Revoga o Artigo 33º do DL 97/2008. Alterado pela Lei n.º 2/2020.
Decreto-Lei 97_2008	Estabelece o regime económico e financeiro dos recursos hídricos	11/06/2008	Em Vigor		

RECAPE

LOTEAMENTO URBANO – LAGOA NORTE

ANEXO VI – GESTÃO DE REQUISITOS LEGAIS DE AMBIENTE

Ar- Geral					
Portaria 221_2018	Estabelece o conteúdo da informação relativa ao autocontrolo da monitorização das emissões de poluentes para o ar, bem como a informação a reportar anualmente	01/08/2018	Em Vigor		
Portaria nº 190 A 2018	Estabelece as regras para o cálculo da altura das chaminés e para a realização dos estudos de dispersão de poluentes atmosféricos	02/07/2018	Em Vigor		Revoga a Port. 263/2005. Revoga Port. 675/2009
Decreto-Lei 39_2018	Estabelece o regime da prevenção e controlo das emissões de poluentes para o ar	11/06/2018	Em Vigor		Revoga o DL 74/2004. Revoga Portaria 677/2009. Altera DL 169/2012
Decreto-Lei 47_2017	Altera o regime de avaliação e gestão da qualidade do ar ambiente, transpondo a Diretiva (UE) 2015/1480	10/05/2017	Em Vigor		Altera e republica o DL n.º 102/2010
Decreto-Lei 102_2010	Estabelece o regime da avaliação e gestão da qualidade do ar ambiente, transpondo a Diretiva n.º 2008/50/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de Maio, e a Diretiva n.º 2004/107/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de Dezembro	23/09/2010	Em Vigor		Alterado pelo DL 47/2017
Alterações Climáticas					
Portaria 92_2020	Estabelece os valores das taxas a cobrar aos operadores sujeitos a registo na plataforma eletrónica a que se refere o n.º 1 do artigo 30.º do DL 145/2017	15/04/2020	Em Vigor		
Declaração de Retificação n.º 3-A_2018	Retifica o DL n.º 145/2017, que assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento (UE) n.º 517/2014, relativo aos gases fluorados com efeito de estufa	29/01/2018	Em Vigor		
Decreto-Lei 145_2017	Assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do Reg. (UE) n.º 517/2014, relativo aos gases fluorados com efeito de estufa.	30/11/2017	Em Vigor		Revoga o DL 56/201. Retificado pela Decl. de Retificação n.º 3-A/2018.
Regulamento UE 2015_2068	Estabelece, nos termos do Regulamento (UE) n.º 517/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, o modelo dos rótulos dos produtos e equipamentos que contêm gases fluorados com efeito de estufa	17/11/2015	Em Vigor		
Regulamento execução 2015_2068	Estabelece, nos termos do Regulamento (UE) n.º 517/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, o modelo dos rótulos dos produtos e equipamentos que contêm GFEE	17/11/2015	Em Vigor		
DL 85_2014	Assegura a execução na ordem jurídica interna das obrigações decorrentes do Regulamento (CE) n.º 1005/2009, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de setembro de 2009, relativo às substâncias que empobrecem a camada de ozono	27/05/2014	Em Vigor		Revoga, o DL 119/2002, alterado pelo DL 152/2005, com exceção dos artigos 5.º, 5.º-A e 7.º-A; o n.º 1 do artigo 3.º, o artigo 9.º e as alíneas a), g), h), i) e j) do n.º 1 do artigo 11.º do DL 152/2005, alterado pelo DL

RECAPE

LOTEAMENTO URBANO – LAGOA NORTE

ANEXO VI – GESTÃO DE REQUISITOS LEGAIS DE AMBIENTE

Regulamento UE 517_2014	Relativo aos gases fluorados com efeito de estufa	16/04/2014	Em Vigor		Revoga o Regulamento (CE) n.º 842/2006
Retificação do Regulamento CE 1516_2007	Retificação do Regulamento (CE) n.º 1516/2007 da Comissão, de 19 de dezembro de 2007, que estabelece, nos termos do Regulamento (CE) n.º 842/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, disposições normalizadas para a deteção de fugas em equipamentos fixos de refrigeração, ar condicionado e bombas de calor que contenham determinados gases	18/10/2012	Em Vigor		
Regulamento UE 744_2010	Altera o Anexo VI do Regulamento (CE) n.º 1005/2009, estipulando datas de interdição e datas limite para as utilizações críticas de Halons	18/08/2010	Em Vigor		
Regulamento CE 1005_2009	O presente regulamento é relativo às substâncias que empobrecem a camada de ozono	16/09/2009	Em Vigor		Revoga o Regulamento CE 2037/2000
Decreto-Lei 35_2008	Altera, adita e republica o Decreto-lei n.º 152/2005, de 31 de Agosto. Define os requisitos mínimos em matéria de qualificações do pessoal envolvido nas operações de recuperação, reciclagem, valorização e destruição de substâncias que empobrecem a	27/02/2008	Em Vigor		
Regulamento 1516_2007	Estabelece, nos termos do Regulamento (CE) n.º 842/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, disposições normalizadas para a deteção de fugas em equipamentos fixos de refrigeração, ar condicionado e bombas de calor que contenham determinados GFEE	19/12/2007	Em Vigor		
Regulamento CE 1497_2007	Estabelece, nos termos do Regulamento (CE) n.º 842/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, disposições normalizadas para a deteção de fugas em sistemas fixos de proteção contra incêndios que contenham determinados GFEE	18/12/2007	Em Vigor		
Decreto-Lei 152_2005	Alterado, aditado e republicado pelo Decreto-lei n.º 35/2008, de 27 de Fevereiro	31/08/2005	Em Vigor		
Compostos Orgânicos Voláteis (COV's)					
Decreto-Lei 127_2013	Transpôs para o direito nacional a Diretiva 2010/75/EU, de 24 de novembro, estabelece o regime de emissões industriais aplicável à prevenção e ao controlo integrados da poluição, aplicando-se também às atividades que usam solventes orgânicos (capítulo V) e cujos limiares de consumo sejam superiores aos previstos no Anexo VII do referido	30/08/2013	Em Vigor		Revogou o DL 242/2001
Declaração de retificação 75_2006	Retifica o Decreto-Lei n.º 181/2006 de 6 de Setembro	03/11/2006	Em Vigor		
Decreto-Lei 181_2006	Limita o teor total de compostos orgânicos voláteis (COV) nos produtos a colocar no mercado, identificados no anexo I do presente decreto-lei, do qual faz parte integrante, tendo em vista prevenir ou reduzir a poluição atmosférica devida à formação de ozono troposférico resultante das emissões dos COV	06/09/2006	Em Vigor		

RECAPE

LOTEAMENTO URBANO – LAGOA NORTE

ANEXO VI – GESTÃO DE REQUISITOS LEGAIS DE AMBIENTE

Ruído Ambiente					
Decreto-Lei 278_2007	Altera o DL n.º 9/2007, que aprova o Regulamento Geral do Ruído	01/08/2007	Em Vigor		
Declaração de retificação 18_2007	Retificação ao DL n.º 9/2007	16/03/2007	Em Vigor		
Decreto-Lei 9_2007	Aprova o Regulamento Geral do Ruído	17/01/2007	Em Vigor		
Decreto-Lei 221_2006	Estabelece as regras em matéria de emissões sonoras de equipamento para utilização no exterior	02/11/2006	Em Vigor		
Ordenamento do Território					
Decreto-Lei 32_2020	Altera o DL 96/2013, que estabelece o regime jurídico a que estão sujeitas, no território continental, as ações de arborização e rearborização com recurso a espécies florestais	01/07/2020	Em Vigor		Entra em vigor no prazo de 180 dias a contar da sua publicação
Decreto-Lei 124_2019	Procede à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 166/2008, alterado pelos DL n.º 239/2012, 96/2013, e 80/2015, que estabelece o Regime Jurídico da REN	28/08/2019	Em Vigor		Altera e republica o DL 166/2008
Portaria 360_2015	Estabelece os valores das taxas a cobrar pelas CCDD aquando da apreciação das comunicações prévias e autorizações REN	15/10/2015	Em Vigor		Revoga a Portaria n.º 1247/2008, de 4 de novembro
Decreto-Lei 199_2015	Primeira alteração ao DL 73/2009, de 31 de março, que aprova o regime jurídico da Reserva Agrícola Nacional	16/09/2015	Em Vigor		
Lei 31_2014	Lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo	30/05/2014	Em Vigor		Revoga a Lei 48/98
Decreto-Lei n.º 96_2013	Define as ações de arborização e rearborização, independentemente da área intervencionada, das espécies envolvidas ou da qualidade e natureza do interessado na	19/07/2013	Em Vigor		Alterado pelo DL 32/2020, a partir de 28/12/2020.
Decreto-Lei 239_2012	Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, que estabelece o Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional	02/11/2012	Em Vigor		
Portaria 162_2011	Define os limites e condições para a viabilização das utilizações não agrícolas de áreas integradas na Reserva Agrícola Nacional	18/04/2011	Em Vigor		
Decreto-Lei 73_2009	Aprova o regime jurídico da Reserva Agrícola Nacional, abreviadamente designada RAN	31/03/2009	Em Vigor		A classificação das terras é feita pela Direção Geral da Agricultura e do Desenvolvimento Rural (DGADR)
Decreto-Lei 166_2008	Aprova o Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional	22/08/2008	Em Vigor		Alterado e republicado pelo DL 124/2019. Revoga o DL 93/90.

RECAPE

LOTEAMENTO URBANO – LAGOA NORTE

ANEXO VI – GESTÃO DE REQUISITOS LEGAIS DE AMBIENTE

Decreto-Lei 139_89	Altera o Decreto-Lei n.º 357/75 de 8 de Julho, relativo à proteção ao relevo natural, solo arável e revestimento vegetal	28/04/1989	Em Vigor		Revoga o DL 375/75
Biodiversidade					
Decreto-Lei 31_2020	Aprova o regime do manifesto de corte, corte extraordinário, desbaste ou arranque de árvores e da rastreabilidade do material lenhoso	30/06/2020	Em Vigor		Entra em vigor no prazo de 180 dias a contar da data da sua publicação. Revogado o DL 174/88, de 17 de
Lei n.º 77_2017	Primeira alteração ao DL 96/2013, de 19 de julho, que estabelece o regime jurídico aplicável às ações de arborização e rearborização	17/08/2017	Em Vigor		Republica o DL 96/2013
Decreto-Lei 96_2013	Estabelece o regime jurídico a que estão sujeitas, no território continental, as ações de arborização e rearborização com recurso a espécies florestais.	19/07/2013	Em Vigor		Republicado pelo DL 242/2015
Lei 53_2012	Aprova o regime jurídico da classificação de arvoredo de interesse público	05/09/2012	Em Vigor		
Decreto-Lei 155_2004	Altera o Decreto-Lei n.º 169/2001 de 25 de Maio, que estabelece as medidas de proteção ao sobreiro e à azinheira	30/06/2004	Em Vigor		
Decreto-Lei 169_2001	Estabelece medidas de proteção ao sobreiro e à azinheira	25/05/2001	Em Vigor		Revoga o DL 11/97
Decreto-Lei 173_88	Estabelece a proibição do corte prematuro de povoamentos florestais pinheiro-bravo e eucalipto	17/05/1988	Em Vigor		Vigência condicionada.
Decreto-Lei 174_88	Estabelece a obrigatoriedade de declaração do corte ou arranque de árvores florestais que se destinem a venda ou ao autoconsumo para transformação industrial (Manifesto de corte ou arranque de árvores)	17/05/1988	Em Vigor		Revoga quando a entrada em vigor do DL 31/2020
Decreto-Lei 120_86	Condiciona o corte de oliveiras.	28/05/1986	Em Vigor		
Substâncias Perigosas					
Regulamento UE 2015_830.pdf	Altera o Regulamento (CE) n.º 1907/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo ao registo, avaliação, autorização e restrição dos produtos químicos (REACH)	29/05/2015	Em Vigor		
Decreto-Lei 33_2015.pdf	Estabelece obrigações relativas à exportação e importação de produtos químicos perigosos, assegurando a execução, na ordem jurídica interna, do Regulamento (UE) n.º 649/2012, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de julho de 2012	04/03/2015	Em Vigor		Alterado pela Lei n.º 2/2020
Decreto-Lei 266_2007.pdf	Relativo à proteção sanitária dos trabalhadores contra os riscos de exposição ao amianto durante o trabalho	24/07/2007	Em Vigor		